

## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização ocorrido na Amazônia a partir da década de 1960 e o seu resultado na configuração espacial urbana é o tema central do presente artigo. Junto dele far-se-á a análise acerca do conceito de urbanodiversidades, que *etmologicamente* trata-se de um neologismo utilizado para compreender as diversidades existentes nas cidades amazônicas. Levando, entretanto, a reconhecer e entender que a região possui diversidade para além da floresta.

Desta feita, o problema que o artigo enfrentará consiste na análise da urbanização da Amazônia, e na necessidade de se compreender o seguinte problema: Na formulação das políticas públicas territoriais e estatais urbanas, e nos programas de urbanização do governo federal destinados às cidades amazônicas, são consideradas as diversas cidades urbanas existentes? Ou seja, consideram-se as urbanodiversidades locais no momento das suas formulações? Assim, evidenciará o termo urbanodiversidades e ele auxiliará na compreensão do fenômeno social do urbano da região.

Neste intento o objetivo geral do presente trabalho é - em apertada análise - entender como se dera a criação das cidades da Amazônia a partir da década de 1960. E identificar quais são estas cidades, suas principais características, sua conformação urbana e os ritmos atuais de urbanização. E assim ao final compreender se o processo de urbanização revelou um modelo de uma cidade única ou variada, e, responder ao problema acima mencionado.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de compreensão do fenômeno social urbano na Amazônia. Os resultados foram obtidos através da metodologia jurídico-teórica baseada no raciocínio lógico dedutivo seguida da abordagem quantitativa com a técnica de pesquisa bibliográfica e documental.

O referencial teórico conta com as contribuições da obra do autor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, quem trouxera a discussão e análise acerca do conceito denominado de urbanodiversidades. O conceito é a síntese do entendimento de que há várias cidades amazônicas e a ideia de que o urbano na Amazônia não é sinônimo de cidade mas de um modo de viver na Amazônia. Assim, a escolha da obra justifica-se por ser o autor quem utiliza o neologismo capaz de sintetizar em uma única palavra a multiplicidade e a diversidade existente.

Desse modo, o presente artigo realizará uma breve análise acerca da evolução histórica do processo de urbanização na Amazônia a partir da década de 1960, posteriormente trará uma reflexão acerca do termo “urbano diversidades” e a descrição de alguns modelos de cidades amazônicas, respondendo-se as indagações apresentadas, e concluindo-se ao final.

## **1. BREVE ANÁLISE ACERCA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA ANTES DE 1960 E A PARTIR DA DÉCADA DE 1960**

No processo de urbanização na Amazônia podem ser observados dois períodos mais marcantes: antes de 1960 e após 1960. No período anterior a 1960, encontra-se na Amazônia um modelo de cidade tradicional com vilas e povoamentos desenvolvidos próximos aos mananciais de rios e igarapés. Nele o rio assume o protagonismo da circulação fluvial e promove o transporte de mercadorias e indivíduos em trechos mais curtos, definindo os limites e consolidando o modelo de cidades menores. As atividades econômicas são aquelas mais voltadas para os trabalhos tradicionais e que em seus núcleos encontram-se mais facilmente as denominadas pessoas mais importantes dos locais: o juiz, o padre, a professora e outros profissionais com exercício mais tradicional e local ajudando assim, a cunhar a denominação das cidades dos notáveis. Assim, as cidades, segundo a concepção de Lefèbvre, o urbano se manifesta por modos de vida tradicionais. Percebem-se os indivíduos unidos por laços de solidariedade mecânica e a concepção de DURKHIEM (1999), auxiliará na compreensão do fenômeno.

O processo de urbanização a partir de 1960, - já sob o contexto de integração regional - trouxera grandes impactos e transformações à Amazônia. O que se constata é um modo de ocupação através das rodovias, na promoção de incentivos fiscais, através da atração migratória, e pelos grandes projetos e políticas de integração capazes de promover uma Amazônia mais próxima das regiões nordeste e ao centro sul do país. Afinal, até então havia muito mais integração da Amazônia como o exterior do que propriamente com o Brasil.

Há, pois, uma ruptura e mudança drástica na configuração territorial Amazônica. Ao extrativismo agrícola inicial vão sendo agregados projetos econômicos voltados à mineração, ao setor madeireiro, ao setor agropecuário entre outros. E os processos de circulação de pessoas e mercadorias realizam-se não mais apenas através dos rios e poucas ferrovias, mas incluindo-se outros sistemas multimodais à circulação, com destaque às rodovias implementadas (BR-230). Alterando-se, portanto, a dinâmica da circulação e

adotando-se uma nova configuração. São pois os planos de desenvolvimento regionais comandados pela SUDAM e SUFRAMA causando os impactos regionais.

A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUFRAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), são as manifestações mais concretas da política de desenvolvimento regional que criaram as condições para o processo de urbanização intenso para a região. E elas promoverão repercussões sérias para a Amazônia meridional e oriental no que dizem respeito aos processos de urbanização e desenvolvimento econômico. Logo, percebeu-se que as políticas de desenvolvimento regional, fomentados pelo governo federal promoveriam a criação de novas cidades de envergaduras regional e nacional, somados ainda ao crescimento migratório avolumam-se os conflitos sociais e culturais fruto dos processos migratórios.

Constata-se um processo de desconcentração econômica, e a fluência e importância dos núcleos urbanos sub-regionais em áreas metropolitanas mais diversas. Logo, o período traz consigo novos modelos de cidades. Contudo há de se considerar a presença de resistências a essas mudanças e permanências de modos de vida tradicionais. É a demonstração de que o urbano e o não urbano (rural) híbrido conviveriam na Amazônia, promovendo, pois, a mistura de modos de vida típicos e diversos convivendo na Amazônia, reforçando a concepção de diversidades e complexidades amazônicas tanto sob os aspectos biológicos como nos aspectos sociais. Enfim, os modelos de urbanização antes de 1960 e pós 1960 não foram excludentes e irreconciliáveis; constatando-se que o modo de vida urbano amazônico não se resume às estruturas físicas das cidades; mas, como descreve LEFÈVRE (1999), um modo de vida com práticas e comportamentos valores na e para além das cidades.

Auxiliando-se à compreensão as palavras de Berta Becker, trazidas por Saint-Clair, que abaixo descreve::

[...] o entendimento desse processo de urbanização e do papel das cidades para pensar a Amazônia não pressupunha todavia a compreensão de uma Amazônia homogênea e de um processo generalizado e sem diferenciação do fenômeno urbano. Isso pode ser constatado quando reconhece pelo menos três grandes manifestações e adensamentos desse processo, a saber: áreas de urbanização elevada e com diferenciação interna (Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Pará); áreas com urbanização elevada e pequena diferenciação interna (Acre e Amapá); áreas de baixa urbanização, com a diferenciação interna (Maranhão, Amazonas e parte do Pará) (BECKER, 2001; BECKER, 2004).

Reconhecimento, pois, de várias “amazônias”. [...] os diferentes tipos de cidades que aqui foram particularizados, inspirados em BECKER, assumem configurações espaciais decorrentes de processos por meio dos quais a floresta e

seus recursos (materiais e simbólicos) adquirem significados e importâncias particulares e singulares. Isso ocorre em razão da maior ou menor presença de frentes econômicas e migratórias e de lógicas de circulação e de reestruturações socioespaciais impostas à região amazônica em períodos mais recentes. A fronteira urbana, portanto, revela a importância e a pluralidade de cidades e de conteúdos urbanos na estruturação do espaço regional e não nos remete necessariamente ao domínio da cidade na paisagem, conforme afirmou Oliveira (2000). E é nesse sentido que a “urbe amazônica” (BECKER,2013) expressa uma tendência, aquela da expansão e do crescimento das cidades e, principalmente, de uma forma de vida urbana que não se circunscreve ao interior das vilas e das cidades, mas que define relações e formas de reprodução econômica e social no interior da região; processo já nomeado por Lefèbvre (1999) como difusão da sociedade urbana. O urbano, assim considerado é elemento propulsor e condição para a realização de processos e para a configuração de novas formas espaciais na Amazônia, elementos esses que nos fazem entender a validade da metáfora da “floresta urbanizada” proposta por Becker e que parece ganhar força como legado, para a leitura dos novos processos e cenários que se apresentam para a região. (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Assim, a partir do próximo capítulo procura-se pelo entendimento do termo cunhado por Saint-Clair Cordeiro Trindade Junior, associada à compreensão de que não há homogeneidades na Amazônia, e a heterogeneidade dever-se-á encontrar respaldo nas políticas públicas urbanas.

## **2. PONDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO “URBANODIVERSIDADES” AMAZÔNICAS.**

Desde o aumento da população promovido pelo êxodo campo/cidade e o adensamento populacional ocorrido no século XX, até os dias atuais, as cidades vêm sofrendo processos de mudanças constantes. A modernidade líquida de Bauman pode ser encontrada no contexto amazônico. Contudo, há demonstrar que o moderno ou o pós- moderno não prevalecem em detrimento do tradicional na Amazônia. Há por parte de setores sociais comportamentos de resistência e manutenção do seu tradicional urbano. E essas populações resistem aos esforços do Estado em promover políticas públicas territoriais através de padrões “standartizados” e que não são aceitos porque não traduzem seus modos de vida.

Não foi verificado através desta pesquisa a preocupação real de que nas políticas territoriais de expansão decididas pelo estado, haja o diálogo com os movimentos sociais

locais, e de que nelas constassem seus modos de vida e suas tradições. A Amazônia em certos locais traz consigo uma combinação complexa entre o rural e o urbano, e ela se perpetua até os tempos atuais. O fato é que se o fenômeno seja ao menos compreendido pelas políticas públicas territoriais, ele não é considerado na concretude das mesmas. E todo o processo de urbanização das cidades amazônicas após a década de 1960 girou em torno dessa variável de não respeito e consideração à sociodiversidade urbana. Em suma, na vida concreta e real das cidades, verifica-se a capacidade amazônica de conjugar um modo de vida urbano peculiar, com modos de vida urbana atuais, contudo tal fenômeno é sinônimo muito maior de resistência e persistência do que de diálogo com os setores estatais.

E ainda, para o entendimento do fenômeno do urbano da Amazônia, segundo SANTOS (1993, p.120), faz necessária a compreensão de que há uma junção de dois sistemas que podem explicar o fenômeno. De um lado constata-se um sistema de ações que se soma ao sistema de objetos, ou seja, aquilo que dá apoio à difusão de todo um comportamento urbano para além do espaço físico da cidade, definindo assim, repise-se um sistema de valores com a lógica de infraestrutura, que ao final se projetará para além das cidades. O sistema de ações é aquele que identifica os modos de comportamento de vida urbano e o sistema de objetos como aquilo que no território fornece sentido aos valores urbanos. E as políticas territoriais urbanas precisam entender esse sistema e a necessidade de sua consonância com a diversidade urbana existente na Amazônia.

É nesse sentido que o autor Saint- Clair Cordeiro Trindade Júnior denomina como urbanodiversidades, ou seja, os sistemas de ação e o sistema de objetos também auxiliam na compreensão do urbano, agregando-se a essa concepção as várias modalidades de cidades existentes na Amazônia, e que elas trazem consigo sejam nos ambientes físicos da *polis* ou no sentimento, no comportamento do urbano. São posições objetivas e subjetivas do urbano conjugando-se mutuamente. O neologismo vem da associação da biodiversidade contida na floresta, somada à sociodiversidade das cidades, formando o que o autor trata em sua obra como o fenômeno da urbanodiversidades. Conquanto a esse entendimento, seguir-se-á à análise geral acerca das cidades Amazônicas para em seguida conhecê-las mais detidamente.

### **3. CIDADES AMAZÔNICAS**

O contorno e o desenho das cidades sempre foram objeto de mudanças, sejam elas mudanças propostas pela dinâmica própria dos movimentos sociais, sejam quando resultam das práticas instituídas pelo Estado para a criação e modificação do espaço público.

No caso do ordenamento jurídico brasileiro, em especial a Constituição Federal de 1988, -traz como um dos objetivos da República Brasileira- determinado pelo art. 3º, incisos II e III, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza e marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais. Acrescidos, ainda, pelas determinações infraconstitucionais como a Lei nº 10.257/2001, o Estatuto das Cidades, e os dispositivos estaduais e municipais como os Planos Diretores, nem sempre as determinações legais são capazes de implementar políticas públicas para os espaços urbanos que contemplem de fato as necessidades locais dos munícipes e dos atores sociais envolvidos. E no caso das urbanodiversidades amazônicas o fenômeno também ocorre. Contudo, observa-se que em casos de raras exceções, tais dispositivos trazem como prioridade o contexto local do urbano, e em especial do contexto do urbano amazônico quando da elaboração dos processos legislativos tanto quanto na viabilidade e concretude dos mesmos. A teoria nem sempre corresponde à ação real. E em sua grande maioria os dispositivos legais preocupam-se em dividir e definir espaços público repetindo os modelos “standartizados” federalizados e centralizados, desconsiderando temas locais.

E a queixa dos acadêmicos e estudiosos do fenômeno urbano amazônico reflete essa problemática. Há uma espécie de lógica que produz nos grandes centros urbanos brasileiros, e que reflete repetindo as ações de políticas públicas federais como sinônimo de desenvolvimento para a Amazônia, sem que sejam contextualizados e produzidos para o modo de vida amazônico. Comum criar, por parte dos governos federais, modelos padronizados de projetos de desenvolvimento urbano, sejam programas de moradia, sejam programas de tratamento dos recursos hídricos, sem que na maioria das vezes, perceba-se a questão local/regional sem que suas soluções propostas advenham da análise dos recursos locais e somados à oitiva das populações locais, que são as destinatárias finais das normas. Assim há programas para a Amazônia que são “standartizados” e que por esse motivo não servem para a complexidade amazônica.

E no caso da Amazônia a regra é ainda “standartizante ” dos programas de políticas públicas territoriais, havendo uma espécie de compreensão de que o “ bem sucedido” em termos de programas e políticas gerais, é o que se aplicam no centro-sul brasileiro também e esse modelo servirá também para a região. Não se avaliam e consideram que o contexto e a função do rio e de todos demais recursos hídricos das demais regiões do país não servem nem reproduzem a realidade local amazônica. Um modelo padronizado é excludente, pouco funcional e inadequado ao regional e local, o que pode transformar em uso indevido de recursos públicos e ausência de efetividade regional e local. Assim, as decisões e políticas

públicas precisam considerar que no caso da Amazônia em especial, a temática do urbano e a temática ambiental se fundem e se manifestam para além da floresta. Refletindo-se na cidade e no modo de vida urbano em concomitância.

Lembrando-se ainda da necessidade de que o urbano amazônico traz consigo a relevância do direito ambiental. Assim, a existência do “direito ambiental como direito fundamental de segunda categoria” como afirmam os autores José Adércio Leite e Élcio Nacur Rezende (2020, p. 280) deve se fazer presente em programas e políticas públicas territoriais para a Amazônia. Demandando-se a necessidade de sua presença nos planos de urbanização e nas políticas públicas territoriais da região, evidenciando a necessidade de um tratamento diferenciado e respeitoso aos recursos naturais não renováveis.

A região da Amazônia quando recebe um programa de urbanização, de regularização fundiária, precisa atentar para valor dos bens como os rios, que são eles portadores de valores e destinação distintos do restante do Brasil. E essa discussão e prática precisam estar presentes presença nas práticas e realidades locais. Afinal, o objetivo é o de cidades mais sustentáveis que concretizem em suas políticas públicas o uso racional dos recursos ambientais, urbanos e sociais, a partir dos suas características e demandas locais e regionais.

Assim ao final, demonstrará a necessidade da mudança do paradigma existente advindo de um modelo brasileiro universal e “standartizado” de “cima para baixo” para um novo paradigma local/regional, ambientalmente racional e compatível com a realidade da Amazônia. Afinal, essa mudança de paradigma gera implicações mais agudas quando o tema são as cidades da Amazônia, para isso faz-se necessário conhecê-las de mais perto.

O autor Marcos Castro de Lima assevera que:

O urbano na Amazônia possui a dimensão tanto do local, do pretérito, quanto do global, do que se considera “moderno”, o que o torna “híbrido” contudo cheio de possibilidades de criar sempre um novo urbano, garantido a este pedaço do país a oportunidade de auto-afirmação. [...] seja numa pequena cidade de um canto qualquer da floresta e do rio, ou numa grande cidade dessa região, como Manaus, sempre considerando as especificidades constituídas no espaço e no tempo. Dessa forma, estudar e perceber a cidade e o urbano na Amazônia ou num lugar qualquer, necessita considerar múltiplas dimensões do pensamento geográfico e filosófico, sob o risco de se cair em reducionismos que só fragmentam. (LIMA, 2008, p.10-11)

Ainda nas palavras de Lima acerca da cidade e do modo de vida urbano amazônico:

[...] O urbano, portanto, deve ser considerado enquanto produto de uma nova realidade na qual as cidades passaram a se inseridas: a realidade do espaço citadino enquanto mercadoria, enquanto produto de conflitos desenvolvidos no processo de produção e reprodução das cidades. Por outro lado, esse urbano também é prenhe de realizações desenvolvidas no cotidiano, sendo, portanto, resultado de processos macros, no caso da industrialização, e, micros, como a forma de aprender a cidade através de sua vida cotidiana. A cidade, portanto, é o concreto, o visível, por através das estruturas. O urbano é o subjetivo, visível apenas por meio das práticas típicas da cidade, ou de áreas a ela diretamente ligadas. [...] Contudo, não pretendemos fazer um histórico do surgimento das amazônicas de forma linear, mas tentar articular sua importância como detentoras de urbano (LIMA, 2008, p.2).

Nesse sentido ainda:

Nas cidades amazônicas, as temporalidades hegemônicas, definidas por Milton Santos como o “vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política, e da cultura, da sociedade enfim” podem ser contemplados sobretudo em Manaus, onde se tem a impressão que o tempo passou mais rápido do que em outras cidades da Amazônia Ocidental, exceto aquelas que se constituem em capitais estaduais como Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco, onde a temporalidade hegemônica também se apresenta, mas com especificidades que as diferenciam da capital do Amazonas. Em Manaus, podem ser encontrados tempos pretéritos e tempos atuais – que logo também são pretéritos – coexistindo num mesmo espaço. Na verdade, existem marcas de vários tempos, ou “rugosidades” para tomar emprestado o termo utilizado por Milton Santos, justapostos, o que ressalta a importância do espaço produzido em cada um desses tempos, como depositário do passado, do hoje e do amanhã. A partir da década de 1990. [...] o urbano não prescinde da cidade e vice-versa. Contudo, ele pode ir além da cidade, visto que é subjetivo, envolvendo costumes, podendo envolver também, extensões imediatamente além da cidade. No caso específico da Amazônia, o urbano ganha contornos distintos a partir do período da exportação da borracha, onde na realidade de Manaus, tentou-se importar o modo de vida francês e inglês, na tentativa de se construir aqui o urbano de lá. Mas a realidade arraigada na cultura constituída a partir do elemento indígena na Amazônia, não pode ser anuviada, por mais que se tenha tentado fazê-lo. O urbano na Amazônia se constitui, portanto, num “híbrido” resultante de hábitos típicos das populações indígenas – por mais que isso seja desconhecido pela maioria dos amazônidas – e de hábitos trazidos pelo colonizador. Esse urbano “híbrido” deve ser relativizado, pois a realidade de cada cidade na Amazônia pode se traduzir o urbano que se tem por lá. (LIMA, 2008, p. 07-08).

Dessa forma, o próximo capítulo analisará algumas das modalidades das cidades Amazônicas existentes desde os períodos anteriores a 1960, acrescido pelos modelos pós 1960 e aqueles dos dias atuais.

#### **4. MODELOS DE CIDADES AMAZÔNICAS: BREVE ANÁLISE**

A Amazônia e suas cidades até a década de 1960, segundo José Nairo Paes da Silva (2019,p.81) apresentam-se através de cidades de características tradicionais, e após esse período percebem-se novos modelos que surgem, sem, contudo, implicar a sobreposição de um em detrimento do outro. Na Amazônia as cidades convivem com características urbanas tradicionais e modernas. Sob o ponto de vista econômico encontram-se cidades alicerçadas

no extrativismo vegetal, castanha-do-pará, madeira e soja, que a partir dessa década passarão por um intenso processo de modernização social e econômica resultando em cidades econômicas mais desenvolvidas, e em metrópoles polos da região.

Milton Santos, Berta Becker, Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior e Henri Lefèbvre somados a outros autores, são unânimes em apontar tipos mais encontrados e, as modalidades de cidades amazônicas. Desse modo, a partir dos sub-títulos abaixo elas serão brevemente relatadas.

#### **4.1 As cidades dos notáveis.**

Segundo Milton Santos, a análise inicia-se pelas cidades dos notáveis. Há nessas cidades pequenas algumas das figuras mais predominantes, tais como: o juiz, o padre, a professora primária, o tabelião, o delegado. Lembra-nos Milton Santos que elas não desapareceram. Hoje estão ao lado de “cidades econômicas” convivendo mutuamente.

Na cidade dos notáveis a circulação é muito mais fluvial e ferroviária. São elas principalmente ribeirinhas e pouco impactadas pelas frentes econômicas. Há nesse modelo de cidades, uma clara forma de solidariedade mecânica, remetendo-se às explicações de DURKHEIM (1999), já que percebem seus moradores muito próximos, com laços de identidade comuns, vínculos de parentesco e afetividade, fazendo que seus moradores (re) conhecem-se pessoalmente. Estariam, pois, estão ligados e conectados pelos sentimentos de pertencimento e identidade, fortalecendo-se, assim, os laços sociais criados e reproduzidos, o que o sociólogo francês identifica em grupos sociais menores e sem tantas influências do processo de urbanização e futura industrialização, onde a divisão social do trabalho não distinga muito os atores sociais nelas existentes. Mas reforce os laços sociais e identifique os indivíduos por profissões mais tradicionais e clássicas.

Assim, leia-se:

[...] Nessa Amazônia bem tradicional, como nas cidades pequenas, é muito característica, “a cidade dos notáveis”, hoje elas não desapareceram e estão presentes ainda, mas ao lado dela, aparecem aquelas que Milton Santos chamou de “cidades econômicas”, contrapondo às “cidades dos notáveis”, essas cidades estão ligadas à lógica dos mercados globais: a mineração, a soja, o agronegócio de uma maneira geral não é mais a figura da professora, do juiz e do padre, essas personagens desaparecem e o olhar se volta para o advogado, o médico, o veterinário, e o gerente de banco como elementos mais marcantes. (SILVA, 2019, p. 81).

E a dinâmica social associa-se ao forte impacto das mudanças econômicas produzidas na região e a partir da década de 1960. E as cidades dos notáveis vão dando espaço às cidades das empresas, contudo não desaparecem do cenário urbano, repise-se, mas

elas atrelam-se ao novo desenho. Sendo assim, o desenho econômico redesenha também o espaço urbano.

#### **4.2. As cidades-empresa.**

Enquanto o modelo da “cidade dos notáveis” possui atores sociais bem definidos por profissionais também de ofício clássico, surgem nas cidades-empresas novos atores que são resultado do impacto econômico proporcionado pela economia. Revelam-se assim a existência de outros profissionais no universo urbano e por consequência no cenário político social dessas. Segundo as palavras de Milton Santos as cidades – empresa são cidades em que os novos e “grande objetos são implantados” na floresta. Verifica-se distinta dinâmica social daquela realizada em torno do rio e ligadas ao extrativismo. Percebe-se então que as cidades até então existentes não “dão conta” dos novos projetos de desenvolvimento apresentados, determinando-se assim pela necessidade de criação de novas cidades que atendam aos ditames da empresa instalada como o grande projeto na floresta.

Segundo José Nairo da Silva (2019, p. 88) elas “são base logísticas dos objetos e em grande parte vão forçar a interrelação da Amazônia”. São encontradas muito longe dos centros urbanos. O que lembra Milton Santos é que “elas funcionam a partir do interesse de grandes nações”, tanto para a mineração quanto para a energia elétrica. Vivem uma dinâmica mais extraregional do que inter-regional. Logo, servem as empresas. Dessa maneira percebe-se que promovem a exclusão em relação aos moradores não empregados pelas empresas que lhe deram origem. Contudo no dia a dia todos (empregados ou não) utilizam os equipamentos urbanos oferecidos. E não são elas - as empresas que auxiliam na manutenção dos mesmos, restando, pois, a todo o poder público local o dever de mantê-los.

Dessa forma, mesmo que relativamente bem estruturadas, elas precisam de recursos para a sua manutenção e repise-se, os recursos são os advindos do poder público local criando, portanto, mais ônus além daqueles originários. Assim os impactos por elas gerados não são arcados pelas empresas mas pelo poder público local. Segundo o autor criaram-se modelos de cidades abertas, semiabertas e fechadas. Entretanto, hoje, segundo José Nairo o modelo não é mais adotado, entendeu-se que essa lógica não é mais possível, e que cidades-empresas criadas se afastem da lógica da cidade que antes existia. Criar um modelo como Carajás, não é o mais usual. As empresas entendem, hoje, que a empresa é quem deve adotar a cidade e não o contrário.

Assim, o modelo cidade-empresa não é mais possível. Faz-se sentido por razão lógica: a população precisa conviver com a empresa e seus atores. A cidade existente e a cidade criada para a empresa é quem precisa acolher a cidade e não o contrário. Portanto, o modelo de enclave fortificado, não tem sido mais projeto viável para a Amazônia.

A seguir avaliar-se-ão outros modelos de cidade que compõe o cenário das urbanodiversidades amazônicas.

#### **4.3. As cidades-rodoviária, as cidades médias e as cidades metrópole-regionais.**

Segundo as palavras do autor José Nairo (2019) as cidades-rodoviária são as cidades que surgiram a partir do processo de construção das rodovias. Lembre-se de que as mesmas são distintas das cidades dos notáveis e das cidades-empresas. E enquanto aquelas são objeto de surgimento a partir do elemento hídrico, as cidades rodoviária tem sua origem e o desenvolvimento causado pela construção das rodovias. Dividem-se em cidades rodoviária de colonização oficial promovida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) com presença maior na Amazônia Oriental, e origem cultural no nordeste brasileiro. Acrescidas ainda das cidades-rodoviária de colonização particular e criadas a partir do trabalho de companhias colonizadoras da Amazônia Meridional que têm origem cultural no sul e sudeste do país, e, ao final as mais cidades-rodoviárias espontâneas, comuns na macrorregião Centro-Oriental, a partir de ação indireta do Estado e com a presença de grupos econômicos somados aos agentes individuais, apresentando-se assim origem cultural diversa. Cidades gaúchas, cidades mineiras.

Assim, hoje na Amazônia aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que mais de 70% (setenta por cento) da população da Amazônia esteja concentrada nas cidades, contudo para além dos números, há a distribuição dessa população em vilas, aglomerados e múltiplas cidades, como as acima descritas e nos em núcleos urbanos metropolitanos. Reforçando-se, portanto, a ideia e o modo de vida urbano definido por Lefèbvre como que algo que aconteça na cidade ou fora dela, nos núcleos não urbanos. Confirma-se, pois, que o modelo criado para a Europa, segundo o autor pode ser entendido e compreendido na Amazônia, afinal, quando se percebe um modo de vida urbano esse vai para além das cidades. Frise-se que o urbano não é sinônimo de cidade. Cidade é espacial/objetivo e o modo de vida é subjetivo, comportamental urbano, seja ele no espaço físico da cidade ou não.

Ao final, encerrando-se a análise breve acerca dos conceitos de cidades, encontram-se as cidades metrópoles. Portanto, há mais do que a floresta e do que a selva urbanizada (BECKER) vislumbra-se um processo de urbanização em construção nas cidades amazônicas formando o conceito de urbanodiversidades.

Desse modo há ainda as cidades médias como Marabá, Tucuruí, Santarém entre outras e que apresentam características das cidades empresa, fomentando o uso e crescimento dos grandes projetos econômicos, mas têm além disso suas peculiaridades, e que se manifestam nos seus aspectos políticos e sociais demonstram nova e dinâmica lógica, para além das cidades-empresa. Percebem-se novos atores sociais influenciando as decisões políticas e econômicas e normalmente há nelas migrantes de várias regiões do país.

E, assim e ao final chegam-se às cidades metrópoles. Nelas há frentes de modernização e empreendimentos econômicos avançados que colocaram Belém, Manaus e São Luís (Amazônia Legal) nessa classificação. Desse modo, surge Manaus influenciando toda a Amazônia Ocidental. Já Belém sendo um polo metropolitano da Amazônia Centro Oriental. São Luís como a metrópole da parte mais Oriental da Amazônia. E todas elas com concentração populacional nas capitais dos estados-membros respectivos. Contudo, em Manaus observa-se a concentração de mais de 50% (cinquenta por cento) de pessoas morando na capital do estado, e Belém com dados em torno de 27% (vinte e sete por cento) dos moradores vivendo na cidade, o que demonstra haver um fluxo e dinâmica que o interior do estado-membro fomenta e exerce na capital paraense. E por fim São Luís no mesmo modelo, com concentração não tão forte como Manaus, que mais parecido à Belém em nível mais inferior. Concluindo assim, que há dinâmicas diferenciadas em todos os modelos de cidades amazônicas reforçando, pois, a lógica do conceito de urbanodiversidades trazido pelo autor Saint-Clair Cordeiro Trindade Júnior, referencial teórico deste artigo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Amazônia e a diversidade se encontram e se confundem. A confusão se manifesta nas cores, nos modos de vida, nos sotaques, nas vestimentas, nas águas, nas lendas, nos contos, nos casos, na arquitetura, na floresta, na fauna, na miscigenação dos humanos e entre muitas outras variáveis. Resultando-se, portanto, em uma mistura de saberes e modos de vida que refletem nas florestas e nos seus povos que vivem nas cidades amazônicas dos mais variados tipos. Confirmando-se, portanto, a tese da urbanodiversidades Amazônicas. Há uma

Amazônia de cidades urbanizadas, construídas e em construção. Há prédios na Ponta Negra de Manaus, e há também vilarejos no Pará com costumes de povos urbanos. Essa é a Amazônia.

Demonstrou-se, no entanto, que não se faz necessário a “importação” de modelos urbanos advindos de outras regiões do país, afinal, a Amazônia possui os seus modelos únicos, plúrimos. Havendo assim, a comprovação da necessidade de abandonar os modelos “transplantados” ou “enxertados” que mudam, alteram a sua paisagem local para atender necessidades que não são dos ‘amazônidas’. Porque as cidades amazônicas são fruto da riqueza do seu povo. Não precisam nem requerem serem cópias e simulacros de outros locais urbanos do Brasil. Ela tem e constrói o seu modo de vida urbano. Contudo, confirma-se que apesar de todo o conhecimento científico entender o fenômeno - e a academia explicá-lo, estes não são plenamente considerados quando se trata da elaboração e efetivação das políticas públicas (em especial das federais) para lá direcionadas. Logo, o processo de urbanização amazônico deve ser o da Amazônia e para a Amazônia. Dessa forma as políticas públicas devam ser voltadas e constituídas para a Amazônia, e não para o Brasil como um todo e assim implementados na região afastados da lógica da região.

Confirma-se, portanto, que o problema existe quando no plano federal, visualizou-se que o modelo utilizado pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) realizado na Amazônia, foi um modelo standartizado, padronizado que não fizera a leitura das diversidades existentes. Constata-se o fato quando da análise das cidades médias e das metrópoles. Ainda, percebeu-se que no plano das políticas públicas estaduais há maior preocupação com o contexto sociodiverso da região, mas esse desaparece ao final quando atendem aos modelos standartizados em que ainda prevalece o interesse da empresa e não a empresa e a cidade interagidas. Confirmou-se, ainda, o entendimento de que as políticas públicas realizadas pelos estados-membros fazem a leitura do regional, conquanto incidem nos mesmos erros das políticas públicas federais. E, ao final, percebe-se uma tendência de municipalização das políticas públicas urbanísticas, contudo, há ausência de capacidade técnica local (existente na academia) mas que contudo, há insuficiência na gestão pública, somadas ao pouco controle social, gerando assim dificuldade na gestão e no repasse dos recursos.

Reitera-se a partir da análise das cidades amazônicas que serve ao Brasil em termos de políticas públicas e sociais não serve para a Amazônia porque ela é única e múltipla, não homogênea. Constata-se, reforçando a tese de que o urbano e as cidades amazônicas não se confundem. Há vida urbana nas vilas e acampamentos, como há nas cidades polos metropolitanos como Belém, Manaus e São Luís. Desde as “Cidades dos

notáveis” e, passando pelas cidades das empresas, cidades dos polos industriais, cidades médias, pequenas, grandes, projetadas, ou nascidas à margem dos rios, todas elas refletiram o modo de vida sociodiversificado que é o amazônico.

Em suma, o trabalho de planejamento das políticas públicas e os programas de urbanização requerem menos modelos “standartizados” e mais sintonia e diálogo entre governos locais, estados-membros e União, de forma que sejam capazes de conjugarem os interesses dos seus povos, ao interesse da sua floresta, ao da sociobiodiversidade e ao modo de viver o urbano na vila ou na metrópole local amazônica.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Giselle Marques. **Função ambiental da Propriedade: Uma Proposta Conceitual**. Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 14.n.28, p.251-276. Janeiro/Abril de 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Editora Zahar, 1999.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Vade Mecum 2019. Editora Rideel. Org. Anne Joyce Angher. 28ªed. p.1877-1.883. São Paulo, 2019.

BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Dispõe sobre o Código Civil**. Vade Mecum 2019. Org. Anne Joyce Angher. 28ª ed. p. 200-210. São Paulo, 2019.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática .1990 (Séries Princípios).

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Editora Martins Fontes, 4ª ed., 2010.

LEFÈVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG ,1999.

LIMA, Marcos Castro de. **A cidade, o urbano e o Rio na Amazônia**. Revista ACTA Geográfica, Ano II, nº 3, jan/jun. de 2008.p.107-117. Universidade Federal do Amazonas.

OLIVEIRA, J.A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

REZENDE, Élcio Nacur; GONÇALVES, Daniela Oliveira. **Função socioambiental da propriedade: a busca por uma determinação pragmática de aferição de cumprimento**. Revista Paradigma – Ribeirão Preto- SP, a. XVIII, n. 22. P.119-140, jan/dez.2013.

\_\_\_\_\_ ; SAMPAIO, José Adércio Leite. **Meio Ambiente: Um direito fundamental de Segunda Categoria.** Revista Veredas do Direito, Belo Horizonte, v. 17, n.38. p. 273-289. Maio/Agosto de 2020.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da . **Cidades Médias na Amazônia Oriental. Das novas centralidades à Fragmentação do Território.** R.B Estudos Urbanos e Regionais.V.13, n.2/novembro 2011.p.15-151.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec ,1993.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: A renda da terra.** Trad. Maria Teresa Lemos de Lima, Ed. Juruá, 1ªed. 2007.

SILVA, José Nairo Paes da. **O processo de urbanização na Amazônia: Destacando-se as cidades dos Notáveis, Cidades-Empresas, Cidades Rodovias e as Cidades Tradicionais.**